

A PRÁXIS DO TÉCNICO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO SOCIAL EM ESCOLAS TEIP

Míriam Taborda¹ & Paulo Coelho Dias¹

¹Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Santarém

RESUMO

Problematizando a necessidade de divulgar o trabalho do Técnico Superior de Educação social, nomeadamente no contexto educativo, procedeu-se à realização de um estudo exploratório, tendo como objetivo dar a conhecer a realidade da prática da Educação Social no contexto de escolas TEIP.

Metodologicamente, procedeu-se a um estudo qualitativo centrado na investigação do trabalho do Educador Social, tendo para isso sido realizados inquéritos por entrevista a este profissional, bem como a alguns profissionais que com ele trabalham.

Este estudo permitiu identificar a efetiva relevância do trabalho do Educador Social no âmbito dos TEIP, destacando diversas dimensões dessa intervenção.

Palavras-chave: Técnico Superior de Educação Social, Programa TEIP, Educação não formal.

ABSTRACT

Questioning the need to reveal the work of the Social Educator, particularly within the educational context, an exploratory study has been put in place with a view to increasing awareness of the Social Education practice in the context of *Educational Priority Areas*. A qualitative study focused on the research of the Social Educator work has been carried out through interview surveys performed with this professional as well as with some workers who cooperate with him/her.

This study has thus allowed identifying the actual relevance of the Social Educator work under the *Educational Priority Areas*, highlighting various fields of this intervention.

KEYWORDS: Social Educator, TEIP Program, non-formal education.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta sucintamente alguns dos resultados de um estudo exploratório que pretendeu conhecer a realidade da práxis do Técnico Superior de Educação Social em contexto educativo, especificamente o das escolas TEIP.

A panóplia de saberes que o Técnico Superior de Educação Social possui em diferentes campos, a facilidade de se aproximar da população-alvo/comunidade, a capacidade de trabalhar e articular com diferentes profissionais em equipas multidisciplinares, a pluralidade e multiplicidade de funções que tem, configuram-se, conforme afirma Petrus (2003) numa mais-valia para a sua prática profissional.

O Técnico Superior de Educação Social preconiza o *empowerment* do sujeito. Para isto, faz uso das competências técnicas e científicas do trabalho interventivo, bem como da sua plasticidade para se adaptar a diferentes situações, contextos, realidades, populações e problemáticas, norteando-se sempre pelo seu código deontológico, no sentido de respeitar as questões éticas com que se depara (Azevedo, 2011; Branks e Nohr, 2008). Todas estas questões se tornam numa mais-valia no seu exercício profissional.

Face ao exposto, são objetivos deste artigo:

1. Identificar a população-alvo com a qual o Educador Social Trabalha numa Escola TEIP;
2. Perspetivar o dia de atuação do Educador Social numa Escola TEIP;

3. Inumerar e problematizar as área de intervenção, as metodologias e estratégias utilizadas pelo Educador Social nas Escolas TEIP;
4. Facultar algumas perspetivas sobre o papel do Educador Social no contexto das escolas TEIP segundo os seus principais *stakeholders*.

TEIP - Territórios Educativos de Intervenção Prioritária

O Lei nº 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo) permitiu a democratização do ensino em Portugal e, conseqüentemente, o acesso massificado ao mesmo. Entenda-se então, que esta lei promove a inclusão do sujeito, de modo que a montante todos os indivíduos tenham as mesmas oportunidades no acesso ao ensino. Se, por um lado, esta questão é sem dúvida uma mais-valia; por outro, traz a lume uma panóplia de questões sociais, culturais e económicas que os novos e diferentes atores sociais fizeram surgir no contexto educativo.

A escola não estava preparada para esta nova realidade, conforme sugere Canário (2000) existindo um "*défice de estratégias que visassem a integração e o sucesso destes alunos*", ou seja, a escola não conseguiu acompanhar esta rápida alteração na lei, pois não tinha estratégias para trabalhar com a enorme diversidade de atores que emergiram neste contexto.

A escola é uma amostra da sociedade, onde observamos as mais diversas representações sociais, questões acutilantes como a indisciplina e o insucesso escolar, o *bullying* e a dificuldade de integração social acompanhada de fenómenos de exclusão social com maior incidência nas minorias étnicas (Teixeira, 2012).

Pires (1991) apresenta várias razões para a falta de sucesso dos alunos, como questões familiares, socioeconómicas, a motivação/desmotivação, a turma na qual se encontra inserido, o modo como o professor trabalha. Por seu turno Costa (1998) afirma que a escola procura dar resposta a diferentes necessidades dos seus alunos, não apenas a nível científico, mas também cognitivo, sensorial, moral ou mesmo afetivo, como um método de capacitação do indivíduo, promovendo a sua integração social, acautelando a exclusão social do indivíduo.

Assim, surgiram em Portugal, no ano 1996, através do Despacho 147B/ME/96 de 1 de agosto, o projeto TEIP (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária), à semelhança de outros países como a França (ZEP - Zones d' Education Prioritaires), a Grã-Bretanha

(Educational Priority Areas) e os Estados Unidos (com as "Pedagogias de Compensação" ou "Medidas de Educação Compensatória"), para dar resposta às diferentes questões que se encontram no contexto escolar (Barbieri, 2003; Lopes, 2012 e Teixeira, 2012).

O projeto TEIP assenta em dois princípios: a discriminação positiva e a territorialização das políticas educativas, tendo sido primeiramente implementado em áreas degradadas a nível social e económico da grande Lisboa e do grande Porto, e posteriormente alargado a outras zonas do país (apenas em Portugal Continental) (Teixeira, 2012). Trata-se de *"um instrumento de planeamento organizacional que vai definir a política educativa de um território"* (Barbieri, 2003), que visa aumentar o sucesso educativo, diminuir o abandono e aumentar a oferta formativa das escolas (DGIDC, 2011).

Apesar da diferente localização geográfica dos Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas TEIP, as problemáticas existentes nelas são similares, sendo as principais: o insucesso escolar e educativo dos alunos, o absentismo e, conseqüentemente, o abandono escolar. Assim, foi com o objetivo de dar resposta a estas questões que surgiu o Projeto TEIP (Lopes, 2012).

Na prática, este projeto TEIP está assente em quatro eixos de intervenção: O primeiro, que diz respeito ao apoio aos alunos nas suas aprendizagens, ou seja, este eixo prima pela melhoria e promoção dos resultados e, conseqüentemente, a qualidade do percurso escolar do aluno; O segundo eixo, diz respeito à prevenção do abandono, do absentismo e da indisciplina. Desta forma, procura-se que os alunos não interrompam o seu percurso académico precocemente, trabalhando numa ótica preventiva diminuindo as questões de absentismo. Posteriormente, o abandono será menor. Pretende-se, ainda, que a questão da indisciplina seja minorada, eliminada se possível; O eixo três remete-nos para a gestão e organização do agrupamento e/ou das escolas, cabendo também aqui a questão da oferta formativa e a da gestão de mais alguns aspetos técnicos que ocorrem nos agrupamentos e escolas; o quarto eixo que faz um enfoque nas relações da escola com as famílias, a comunidade e os parceiros. Este eixo tem como propósito estreitar as relações entre a escola e as famílias, no sentido de envolver cada vez mais os encarregados de educação no percurso escolar dos seus educandos, mas também estabelecer relações com a comunidade local da área onde as escolas se encontram, estabelecendo parceiras com algumas instituições, no sentido de aproximar as diferentes entidades, estabelecendo uma relação de proximidade e

entreeajuda mútua (DGIDC, 2010 e 2011). Surgem então os Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família¹ com as equipas multidisciplinares, onde o Técnico Superior de Educação Social é um elemento ativo na intervenção quer com o aluno, quer as com famílias, quer com a restante comunidade educativa.

De acordo com dados do MEC,² no ano letivo 2012/2013 existiam então 137 Agrupamentos de Escolas ou Escola Não Agrupadas TEIP, divididos pelas cinco zonas territoriais do Instituto Nacional de Estatística - NUTS II, com a seguinte distribuição: 11 na DREALG, 17 na DREALT, 11 na DREC, 49 na DRELVT e 49 na DREN 49.

Educação Não Formal

A palavra educação remete-nos de imediato para as aprendizagens em contexto educativo. No entanto, as aprendizagens do indivíduo iniciam-se quando este nasce. A educação, -permitindo-nos adquirir e aumentar as nossas competências pessoais, sociais e científicas, tornando-nos capazes para nos integrarmos numa sociedade em constante mutação à qual nos temos que adaptar e moldar constantemente - compreende três tipos de educação: a formal, a não formal e a informal.

A Educação Não Formal prevê o conjunto de aprendizagens realizadas pelo indivíduo "no mundo da vida". Conforme refere Gohn (2006), a mesma concretiza-se através da partilha de aprendizagens do quotidiano de cada um, não existindo hierarquia, nem avaliações quantitativas. Cada um aprende ao seu ritmo, conforme as vivências que tem. A educação não formal surge na vida do indivíduo ainda antes de este iniciar as suas aprendizagens formais, uma vez que a mesma acontece em momentos privilegiados da vida do Homem, em circunstâncias distintas, sem que muitas vezes o indivíduo tenha consciência de que está a adquirir conhecimento. A Educação não Formal ensina aquilo que ainda não sabemos, pois não seria sensato aprender aquilo que já sabemos (Canário, 2006). Desta forma, torna-se assim imprescindível e essencial na formação de cada um. Esta traz ao indivíduo a capacidade de saber posicionar-se, tornando-se num

¹ Note-se que em algumas escolas estes gabinetes já existiam. No entanto, noutras, foi através do projeto TEIP que o mesmo foi criado, uma vez que alguns dos Técnicos Superiores de Educação Social entrevistados referiram que foram eles quem deram início e dinamizaram estes gabinetes quando entraram nas escolas. Em algumas escolas o nome atribuído a este espaço é diferente, como, por exemplo, Gabinete de Intervenção Social - GIS e Gabinete de Promoção da Saúde - GPS.

² Vide <http://www.dgidc.min-edu.pt/teip/index.php?s=directorio&pid=21&ppid=13> mec (consultado a 03 de outubro de 2013)

cidadão do mundo no qual se encontra, não apenas com espectador, mas como participante ativo e consciente da importância da sua intervenção no mesmo (Gohn, 2005). Ainda segundo esta autora, a Educação não Formal ajuda a criar autoestima no sujeito, bem como a desenvolver uma identidade de grupo e ainda a promover o *empowerment* deste.

A avaliação neste modelo de educação é feita a nível qualitativo e não quantitativo, o que permite ao aprendiz da mesma fazer uso dos seus próprios recursos, das suas aprendizagens anteriores, trazidas de outros contextos, e aplicá-las e partilhá-las no local exato onde preconiza um novo momento de aprendizagem, valorizando desde logo esses momentos ímpares de aquisição de conhecimentos anteriores (Pinto, 2005). Metodologicamente, salienta-se aqui a aposta no lúdico e nos jogos, utilizando tudo o que se tem ao dispor como ferramentas de ensino (Bianconi & Caruso, 2005).

O Técnico Superior de Educação Social socorre-se da educação não formal para realizar a sua prática profissional, uma vez que este modelo de educação premeia o *empowerment* do sujeito, uma vez que o prepara, dotando-o de conhecimento, permitindo-lhe o desenvolvimento de competências pessoais e sociais.

A educação não formal procura promover a formação do ser humano enquanto ser ativo e participativo, valoriza as aprendizagens do outro realizadas anteriormente ao momento atual, não necessitando de progressão em degraus de formação, mas permitindo ao indivíduo aprender da sua forma e ao seu ritmo (Canário, 2000).

Em suma, a educação não formal poderá acontecer em qualquer local, sendo a escola um dos sítios que mais privilegia a concretização da mesma. Conforme sugere Trilla (2003), esta valoriza as aprendizagens, focando-se naquilo que são as necessidades e interesses daquele que irá realizá-la, podendo assim ser mais incisiva e trazer mais aprendizagens. Observando então as finalidades da educação não formal, facilmente se compreende o facto de ela ser o campo de atuação primordial do Educador Social.

Técnico Superior De Educação Social

Os Agrupamentos de escolas ou Escolas não agrupadas que receberam o projeto TEIP auferiram também de uma nova dinâmica de trabalho, na medida em que passaram a ter objetivos a cumprir afetos ao projeto, mas também porque receberam mais técnicos

que trabalham no sentido de dar resposta às necessidades identificadas e das que vão encontrando no terreno. O Educador Social é um desses técnicos.

Os técnicos trabalham numa ótica de proximidade e confiança com os alunos, o que lhes permite observar outras questões, desde logo a necessidade que as crianças e os jovens têm que lhes deem atenção, percebendo-se aqui que às carências afetivas sobrepõem muitas vezes outras (Vieira, 2012). Esta proximidade com estes elementos da população-alvo permite aos técnicos uma maior visão sobre as reais necessidades e compreensão de determinadas atitudes, aparentemente infundadas, que os alunos têm, permitindo assim alargar horizontes naquilo que serão as prioridades de intervenção com esta população, facilitando um trabalho mais proveitoso.

De acordo com Lopes (2012) o papel destes técnicos na escola é muito importante para assegurar os apoios a diversos níveis que os alunos recebem, acreditando a autora que a eficácia do trabalho dependerá diretamente da articulação entre os diferentes profissionais afetos ao contexto educativo, isto é, quanto maior a articulação entre todos os intervenientes afetos ao espaço escolar melhores serão os resultados obtidos. A Educação Social assume aqui um papel de relevo dadas as linhas pelas quais se orienta, salientando-se, desde logo, o seu enfoque no trabalho centrado no sujeito, particularmente em questões assentes na cidadania ativa e na ligação que assume com a formação cívica (Azevedo, 2011).

O Técnico Superior de Educação Social demarca-se de outros técnicos pela natureza pedagógica da sua intervenção, apesar de trabalhar na área não formal, fazendo uso de ferramentas de diferentes áreas, conseguindo articulá-las todas entre si, numa atuação prática, o que permite assim uma melhoria dos resultados obtidos (Carvalho, 2001). Por isso, Diaz (2006) descreve a Educação Social como um "*espaço de intervenção prática*". Ortega (1999) fala da Educação Social como aquela que, através da sua praxeologia, promove o indivíduo no meio social em que se insere, de tal forma que deverá conseguir em simultâneo, entre outras coisas, promover a integração, educar ou reeducar, diminuindo ou mesmo evitando o risco de exclusão social.

O Educador Social concretiza a sua práxis social através do desenvolvimento de competências pessoais e sociais no indivíduo que lhe permitam a inserção social e profissional, acompanhamento do sujeito, prevenindo comportamentos de risco,

facultando formação, favorecendo a inserção social, promovendo a aceitação da diferença, entre muitos outros aspetos.

Diaz (2006) afirma que a "*Educação Social é uma atividade pedagógica inserida no trabalho social*", daí que a sua intervenção seja conhecida como uma ação socioeducativa. Assim, este profissional trabalha em diferentes contextos, com diferentes populações-alvo, nas mais diversas áreas desde a saúde, à família, passando pelas questões profissionais, comunitárias, escolares, culturais, sociais e até mesmo económicas. Tendo um objetivo pedagógico, trabalha então na área da informação, formação, prevenção, promoção, intervenção direta, sensibilização, consciencialização e desenvolvimento de competências.

Entenda-se em suma, que o Educador Social é um técnico da relação, multifacetado, que prima por melhorar os relacionamentos dos sujeitos que se configuram na sua população-alvo, ajudando-os nos seus projetos de vida, promovendo as suas competências pessoais e sociais, facilitando a sua inclusão social, mediando situações de conflito consigo e com os outros e trabalhando numa ótica preventiva contra fenómenos de exclusão social. Ele mune-se das mais variadas ferramentas, utilizando várias estratégias (Petrus, 2003). Neste processo, o Educador Social deve observar o outro como alguém demasiado importante, conforme referiu Eduardo (2014): "*devemos descalçar as nossas alparcas para ver o outro como uma terra santa e atender às necessidades nessa mediação que nos é característica, não pela imposição*", ou seja, ver o outro como ele é sem preconceitos, não o obrigando a aceitar a nossa visão, mas vendo-o com alguém especial estando nós atentos e disponíveis para ele e não o contrário.

Conforme afirma Timóteo (2013): "*A Educação Social não é neutra*", o que se torna um ponto favorável à mesma, pois permite-lhe uma evolução no seu percurso e nos seus conhecimentos. Assim, o Educador Social poderá sempre continuar um percurso apostando no conhecimento contínuo dos mais variados assuntos, observando, refletindo, apostando em novas situações, tendo sempre em mente a sua função, que não é assistencialista, mas que assenta numa base de confiança e promoção do *empowerment* do sujeito junto do qual intervém. Aqui podemos verificar a sua ética profissional não só pela forma como trata o outro, mas também pela forma como lida com os problemas.

A possibilidade de trabalhar num contexto educativo será uma aposta positiva, permitindo à educação formal unir-se com a educação não formal, beneficiando dos contributos e mais-valias que a mesma lhe poderá trazer.

METODOLOGIA

Tendo o trabalho do Técnico Superior de Educação Social como o nosso objeto de estudo, e no sentido de responder aos nossos objetivos, pretende-se realizar um estudo exploratório extensivo (tentando obter a maior representatividade possível), através de uma abordagem qualitativa. Mais especificamente, pretende-se conhecer a praxeologia do Técnico Superior de Educação Social, num contexto escolar particular, a Escola TEIP, para que assim possamos perceber se é ou não pertinente que o mesmo trabalhe neste contexto.

Esta investigação foi realizada em 30 das 137 escolas TEIP de Portugal Continental, de acordo com a divisão territorial NUT II³ (DREALG, DREC, DRELVT e DREN, ficando aqui excluída a DREALT por a mesma não ter Técnicos Superiores de Educação Social a trabalhar em escolas TEIP no ano em que o estudo foi realizado). Para o efeito, foi percorrido o país de norte a sul, procurando acompanhar o desempenho profissional do Educador Social nas escolas TEIP nessas diversas partes do país, seguindo precisamente, a referida divisão territorial NUTS II, para obtermos assim uma representação geográfica do nosso estudo.

Num primeiro momento, recorreu-se a análise bibliográfica e documental, passando posteriormente à realização de inquérito por entrevista, a conversas informais e ao diário de campo.

As entrevistas foram realizadas a 30 Técnicos Superiores de Educação Social (10% do sexo masculino e 90% do sexo feminino) a trabalhar em escolas TEIP, bem como a 10 diretores de escola e 10 coordenadores do projeto TEIP. As conversas informais concretizaram-se com 10 alunos e 10 encarregados de educação.

Escolheu-se o método de inquérito por entrevista, pois este permite-nos explorar melhor as áreas pretendidas, aumentar/aprofundar os conhecimentos do inquiridor sobre o tema em estudo, permitindo uma adaptação ao entrevistado e à linguagem que

³Divisão territorial NUT II, criada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), consagra cinco zonas: Algarve, Alentejo, Lisboa e Vale do Tejo, Centro e Norte.

este utiliza, facilitando o esclarecimento de dúvidas (caso estas surjam durante a mesma) e ainda permitindo ao inquiridor captar outro tipo de informações e leituras através da linguagem não-verbal do inquirido (Ketele, 1998; Matalon e Ghiglione, 1993). Esta triangulação de fontes torna o trabalho mais sólido (Patton, 1990, *cit in*. Campehoudt, 1998), porque permite cruzar as diferentes fontes, complementando a sua informação. Saliente-se que estes dados nos remetem para o ano letivo 2012/13, pois foi a última informação disponibilizada pela DGE até ao momento da investigação. A possibilidade de as entrevistas serem presenciais enriqueceu a qualidade da informação recolhida, uma vez que a mesma foi um meio de investigação mais fiável e também pelo facto de que antes e depois das mesmas ocorreram algumas conversas informais que se constituíram como um importante contributo para o estudo.

ANÁLISE DE DADOS

População-alvo com a qual o Educador Social trabalha.

Primeiramente, entenda-se como população-alvo ou público-alvo os indivíduos a quem um profissional, uma instituição ou uma empresa direciona a sua intervenção.

Ao estudarmos o Educador Social no contexto educativo, facilmente se compreende que a população-alvo da sua intervenção será a mesma que a desta instituição - alunos diretamente e famílias indiretamente.

Os diretores de escola e os coordenadores do projecto TEIP, na sua maioria, identificaram como população-alvo os alunos, existindo alguns, uma minoria, que apontam também as famílias como parte integrante da população-alvo da escola. Exemplifiquemos com uma afirmação de uma coordenadora do projecto TEIP, "A população-alvo são essencialmente os nossos alunos e as suas famílias".

Por outro lado, a visão do Educador Social é mais abrangente já que este identifica como população-alvo da sua intervenção os alunos e as suas famílias, e entendam-se famílias aqui não apenas o encarregado de educação, mas também outros elementos, conforme afirma a Entrevistada R, Técnica Superior de Educação Social, "...as famílias no sentido amplo, no sentido mais alargado também que tento envolver não só o encarregado de educação mas de também chegar aos restantes elementos".

Também os professores e assistentes operacionais são simultaneamente população-alvo e parceiros no trabalho que o Educador Social realiza neste contexto. Se, por um

lado, algumas das sinalizações são feitas quer pelos professores, quer pelos assistentes operacionais, por outro lado, eles também são elementos-alvo para o técnico, pois este realiza ações de formação e sensibilização com os mesmos, no intuito de conseguirem em conjunto articular e aumentar a sua proximidade com alunos e famílias, ou seja, para que se delineiem estratégias que visem observar alguns sinais indicadores de problemas que poderão conduzir a uma intervenção precoce evitando situações mais complexas. Neste sentido, foi possível verificar, através de conversas informais, que alguns Educadores Sociais apontam os assistentes operacionais como observadores privilegiados que ajudam na deteção de problemas, pois estes estão no terreno, moram próximo dos alunos e das suas famílias, assim como estão mais presentes nos pátios em todos os intervalos ao longo do dia, o que lhes permite um maior conhecimento das realidades vivenciadas pelos alunos.

Ainda a comunidade é identificada como população-alvo em última instância, uma vez que é de lá que vêm todos os alunos e as suas famílias, portanto todo o meio envolvente aos mesmos necessita muitas vezes de ser trabalhado e articulado, focando a pertinência do trabalho em parceria com instituições locais.

O Educador Social trabalha particularmente com os alunos que são sinalizados, estendendo a sua intervenção aos restantes alunos. Estas sinalizações podem ser feitas pelo próprio Educador Social ou por qualquer outro técnico da equipa multidisciplinar, por um professor, por um auxiliar, por outro aluno ou então por alguma entidade exterior à escola como por exemplo a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), o Banco Alimentar ou a autarquia, entre outras entidades.

Estes alunos são crianças e jovens, desde os 3 anos de idade até aos 19/20 anos, que frequentam desde o pré-escolar até ao ensino secundário, em alguns casos em cursos do Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF), Cursos de Educação e Formação (CEF) e cursos profissionais também.

A maioria dos alunos são de nacionalidade portuguesa. Existem igualmente alguns alunos de outras nacionalidades sendo as mais predominantes a brasileira, a guineense, a cabo-verdiana, a chinesa, alguns alunos dos países de leste e, ainda, em alguns agrupamentos, uma franja significativa de alunos de etnia cigana.

Por serem escolas TEIP podemos identificar no imediato algumas problemáticas como a indisciplina, o insucesso educativo, o absentismo, o abandono da escola e a dificuldade

na aproximação da escola às famílias e vice-versa. No entanto, estas não são as únicas problemáticas conhecidas destes agrupamentos e consequentemente destes alunos (estando aqui bem patentes as problemáticas referentes aos quatro eixos que tornaram estas escolas em Agrupamentos de escolas ou Escolas não agrupadas TEIP).

Quando questionados sobre as problemáticas da população-alvo, os Educadores Sociais apontam as famílias destruídas, as poucas competências parentais, várias situações de monoparentalidade e algumas em que um dos progenitores ou ambos se encontram detidos. Assinalam ainda a negligência familiar, o desinteresse dos encarregados de educação no percurso académico e muitas vezes pessoal dos seus educandos, conduzindo a que os alunos não possuam uma situação de retaguarda familiar que os motive e estimule para a importância da escola. Paralelamente, salientam ainda a falta de regras de conduta pessoais e sociais, quer em sala de aula, quer no dia a dia das crianças (daí os conflitos na sala de aula e no pátio), alguns consumos de álcool, tabaco e estupefacientes (em alguns casos, quer por parte dos alunos, quer dos encarregados de educação), posse de algumas substâncias ilícitas, situações pontuais de gravidez na adolescência, condições económicas desfavoráveis das famílias, desemprego, carências alimentares, violência familiar e entre pares, questões relacionadas com a higiene pessoal. Alguns alunos apresentam também várias dificuldades de integração social, falta de objetivos futuros e todas estas questões anteriormente citadas levam à desmotivação e ao desinteresse dos alunos pela escola e à desvalorização da mesma e, consequentemente, a outros aspetos negativos apontados pelos outros profissionais, como a indisciplina, o absentismo, o abandono e o insucesso educativo dos alunos. Estes resultados são concordantes com a análise de Pires (1991) que nos diz que o insucesso educativo dos alunos tem inúmeros fatores desde logo do foro familiar. Nesta situação, o Educador Social deve ter o cuidado de se debruçar sobre esse problema no sentido de conseguir a montante revolver algumas questões, para que a jussante se obtenha um resultado o mais satisfatório possível.

Com esta visão, os Educadores Sociais apostam no trabalho com os alunos e com os encarregados de educação para que possam trabalhar com ambas competências pessoais, familiares e sociais que visem dar resposta a todas as outras lacunas referidas e contribuindo, assim, para o sucesso de ambos. O trabalho com o aluno deve passar não apenas pelo sucesso educativo, mas, também, pela dimensão pessoal, familiar,

social e pela criação de perspectivas, expectativas e aspirações futuras. Por parte dos encarregados de educação procura-se que aumentem as suas competências pessoais, familiares, parentais e sociais. Assim, são chamados professores, assistentes operacionais, entidades parceiras e comunidade em geral para, por um lado, desmitificar algumas questões acutilantes que existem, desconstruindo ideias preconcebidas e conceitos previamente criados; e, por outro lado, procurando apoiar a construção ou reconstrução de algumas identidades pelos atores sociais anteriormente referidos, alunos e encarregados de educação. Neste processo, o Técnico Superior de Educação Social realiza uma análise *swot* da sua população-alvo para poder melhorar a sua intervenção com a mesma.

Como corolário desta análise podemos afirmar que existe uma heterogeneidade quer na população-alvo quer nas problemáticas da mesma que exige que esta análise se faça com o maior rigor possível para que assim os resultados da intervenção possam ser os mais eficazes e eficientes possíveis.

Dia a dia do Educador Social em escola TEIP.

Dinamismo é, sem qualquer sombra de dúvida, a palavra de ordem para o Educador Social neste contexto, na medida em que «a vida aqui não é vivida a 100 ou 200 à hora, é vivida a 1000» (Entrevistada M), e os Técnicos Superiores de Educação Social afirmam que não existem dois dias iguais.

As singularidades do contexto, as diferenças da população-alvo, a panóplia de problemáticas que a caracterizam e, ainda, a diversidade de parceiros com que se trabalha inviabilizam a possibilidade de existirem dois dias iguais nas Escolas TEIP, que sejam entediantes, rotineiros ou mesmo parados. Assim, o trabalho do técnico nestas escolas não é, nem nunca será de modo algum, estanque.

O contexto educativo não é estanque, estando por isso em constante movimento, bem como a população do mesmo. As ocorrências acontecem muitas vezes à «velocidade da luz», como as caracteriza, de forma expressiva, de uma das nossas respondentes. O Educador Social tem um dia cheio de diferentes situações e, para isso, necessita também ele de ser dinâmico e enérgico para conseguir aguentar e dar resposta a todos os desafios que se lhe apresentam diariamente.

Tomando por base as respostas dos Educadores Sociais inquiridos é possível expor aquilo que ocorre no seu dia a dia e assim verificar que as situações com que se depara são variadíssimas.

Existe nas escolas TEIP um gabinete afeto ao trabalho dos técnicos, normalmente denominado de Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF), tendo, no entanto, em outras escolas, outros nomes, como Gabinete de Intervenção Social (GIS) ou Gabinete de Promoção da Saúde (GPS), por exemplo. Estes gabinetes funcionam, regra geral, de porta aberta, estando assim ao dispor dos alunos a cada momento que estes necessitem, não sendo acessíveis apenas aos alunos mas, também, às suas famílias, aos professores e aos assistentes e a qualquer outro elemento da comunidade educativa ou da comunidade local que ao mesmo se desloque, como, por exemplo, as entidades parceiras dos projetos em curso.

No gabinete, o Técnico Superior de Educação Social recebe os alunos que necessitem de falar com ele (por sua iniciativa ou por algo que tenha ocorrido anteriormente e que determinou que tenham sido encaminhados para a sua orientação), recebe os encarregados de educação, estabelece contactos com entidades parceiras, articula com diferentes instituições e, ainda, trabalha com a equipa multidisciplinar.

Apesar de fazer tudo isto em gabinete, este é o local onde o Educador Social passa menos tempo no seu dia, dado que procura estar sempre que possível presente nos recreios, acompanhando e observando os alunos e a forma como estes interagem entre si. Por forma a poder evitar alguns conflitos, nos intervalos das aulas, ou mesmo nas horas de almoço, são implementados jogos, dinâmicas de grupo que visam o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, com vista a aumentar a coesão grupal e evitar conflitos.

Paralelamente, os Educadores Sociais fazem os encaminhamentos dos alunos e das famílias de acordo com as necessidades que lhes identificam, fazem visitas domiciliárias, criam redes de parcerias, fazem mediação (promovendo a inclusão social dos alunos), dão as aulas de formação cívica, estabelecendo a ligação entre as famílias e a escola. Ainda na escola, dinamizam oficinas de competências, ações de informação, formação e/ou sensibilização, organizam grupos de dança e/ou de teatro, clubes de fotografia, realizam *workshop's*, ateliers, ateliers de música, organização das comemorações referentes a dias festivos (como o Natal, dia dos namorados, etc), preparam visitas de

estudo, dinamizam espaços na escola como, por exemplo, o polivalente. Nestas oficinas de competências podem existir os trabalhos mais diversificados, desde a simples criação de pinturas com diferentes materiais, passando por outras artes plásticas e decorativas, à criação de objetos ou reparação por exemplo de bicicletas.

Perante estas atividades, que acontecem todos os dias, reafirma-se a necessidade deste técnico ser polivalente, multifacetado e dinâmico para poder dar respostas às mais diferentes situações com as quais se depara e tem que dar uma resposta clara, objetiva e muitas vezes imediata, características estas que lhe são atribuídas pelos diversos autores anteriormente referidos (sobre esta mesma questão ver, por exemplo, Baptista, 2001; Petrus, 2003).

Observe-se que a Educação Social diferencia-se das outras ciências sociais pela natureza pedagógica da sua intervenção (Carvalho e Baptista, 2004). Isto é verificável naquilo que são as práticas diárias do Educador Social, pois este trabalha em situações diversificadas, sendo a promoção de competências, as ações de formação e a mediação algumas delas, verificando-se aqui, também, a questão da intervenção prática conforme menciona Diaz (2006), pois o Educador Social faz um trabalho muito prático, muito para além do trabalho de secretária, pois é um técnico que trabalha no terreno, desbravando o mesmo, tentando percorrê-lo e procurando encontrar caminho para ativar a sua intervenção prática, não se limitando a delinear estratégias, mas a percorrê-las com a sua população-alvo. Observa-se aqui a diversidade de posturas que o Educador Social tem neste local, conforme refere Carvalho (2004), ao afirmar que este técnico é em conjunto de ator, educador e mediador. Aqui se veem todas as valências deste profissional.

Áreas de intervenção, metodologias e estratégias utilizadas pelo Educador Social nas Escolas TEIP.

Tal como acabámos de ver, a observação do dia a dia do Educador Social permite perceber que o seu trabalho é constante e diversificado, focado em variadíssimos aspetos, abordando diferentes temáticas e assuntos.

Dada a panóplia de situações com que se depara, o Educador Social necessita de trabalhar em diversos âmbitos, no sentido de poder dar respostas às problemáticas e dificuldades que vão aparecendo.

Os principais temas que aborda são essencialmente questões familiares como negligência, desinteresse, agressão e dificuldade de comunicação entre os elementos da família. Estas são normalmente desestruturadas, sendo referido pelos entrevistados que a *socialização primária* é deficiente na maioria das situações.

Ocorrem, também, problemas económicos, pois existem famílias muito carenciadas onde há muito desemprego. Também a alimentação, higiene e saúde são outros assuntos nos quais tem que trabalhar, bem como nos consumos de psicotrópicos. Outra situação de relevo prende-se com a falta de regras e a dificuldade em saber estar e agir num contexto social, uma vez que a *socialização primária*, sendo deficitária, condiciona sinalizações subsequentes.

Quando questionados sobre as áreas de intervenção em que realizam a sua prática, os Educadores Sociais mencionam quatro que se destacam: a *ação direta*, a *prevenção*, a *promoção de competências* e a *mediação*, sendo a primeira a mais mencionada e a mais utilizada, a segunda aquela que gostariam de poder exercitar mais, a terceira como uma forma de atuação que articulam com as duas anteriores e, por fim, a *mediação* como uma das que muitas vezes também necessitam de realizar, dado o elevado número de ocorrências relacionadas com violência.

De acordo com os entrevistados é possível, neste contexto, trabalhar na prevenção e esta seria a melhor forma de poder atuar, pois assim evitar-se-iam alguns problemas, ou seja, se o Educador Social trabalhasse numa ótica preventiva poderiam evitar-se algumas situações que, por não serem atempadamente atendidas, produzem problemas posteriores ainda maiores. Isto seria o desejável, quer para o técnico, quer para a população-alvo: se for possível trabalhar a montante as diferentes situações estas não ocorrerão (ou ocorrerão menos) posteriormente e o risco será menor para o sujeito. Pegando em exemplos práticos, uma das temáticas abordadas pelo técnico está relacionada com questões de saúde do indivíduo. Se a criança e o jovem for educado preventivamente, aprenderá quais os malefícios do álcool ou dos psicotrópicos e, deste modo, poderá evitar-se que os consuma. Este é um trabalho preventivo que evitará uma dependência química com todos os problemas associados à mesma.

Podemos pensar também em questões de desigualdade de género ou violência entre pares. Se for avisada para os sinais de alerta sobre a violência e as consequências que a mesma poderá ter para si, a criança/jovem estará tendencialmente mais atenta a sinais

de risco, saberá defender-se melhor de comportamentos de risco e assim conseguirá agir de forma a proteger-se de um agressor, fazendo enfoque aqui nas questões da igualdade de género sendo uma área na qual os Educadores Sociais afirmam trabalhar quando estão nas aulas de educação cívica por exemplo.

Tomemos também como exemplo uma situação descrita em que a Educadora Social refere que trabalha com os alunos questões de higiene pessoal e oral. Se estes forem ensinados sobre os cuidados de higiene que devem ter, posteriormente serão evitados problemas dentários entre outros.

Trabalhando numa ótica preventiva a ação direta diminuirá a sua área de atuação, ou seja, se o Educador Social conseguir prevenir algumas situações, não as encontrará mais à frente e isto configura-se numa mais-valia para si e para a sua população-alvo.

Muitas das situações que o Educador Social aponta como necessitando da sua atuação direta dizem respeito a questões de indisciplina, violência entre pares, negligência parental, consumos de álcool ou estupefacientes, ausências nas salas de aula injustificadas, absentismo e questões relacionadas com saúde e higiene oral e alimentar, entre outros casos pontuais.

Quando é detetado um caso de negligência parental, quer seja de maus tratos físicos ou psicológicos, a intervenção do técnico tem que ser direta e no imediato, percebendo com o aluno o que se passa, passando posteriormente ao contacto com o encarregado de educação ou com instituições que têm como missão trabalhar estas questões, como a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), ou a Equipa Multidisciplinar de Assessoria aos Tribunais (EMAT).

Os pais também são contactados quando existem situações de consumos ou ausências injustificadas às aulas, pois as mesmas podem ocorrer simplesmente por uma situação de doença ou outra em que o encarregado de educação sabe o que se passa, ou porque o aluno por sua iniciativa decide não estar presente na sala de aula e aí há que perceber o que se passa e comunicar à família. Esta preocupação acontece com alunos já anteriormente sinalizados e que estão a ser acompanhados, mas também com muitos outros, uma vez que situações destas poderão levar a quadros de absentismo e posterior abandono escolar.

As questões de saúde e higiene oral e alimentar, já anteriormente descritas como áreas em que o Educador Social trabalha num sentido preventivo, são também trabalhadas

por vezes em *ação direta*, como quando é detetada uma carência alimentar, quando se percebe que o aluno não tem em casa condições de higiene e a escola tem necessidade de providenciar isso, para que os alunos possam estar tranquilamente e bem em sala de aula. Note-se que já anteriormente se referiu que o sucesso educativo do aluno depende de diversos fatores. A título elucidativo, pense-se como será se a criança estiver na sala de aula, mas sem comer. Muito provavelmente, estará inquieta e isto resultará num défice de aprendizagem, e este é apenas um pequeno exemplo daquilo em que a intervenção na área alimentar pode ser necessária.

Também os comportamentos de indisciplina na sala de aula e a violência entre pares constituem um momento de intervenção direta por parte do Educador Social, pois torna-se necessário retirar o aluno da sala de aula, ou mesmo separar alunos no pátio, ou noutra espaço escolar.

Estas situações de intervenção direta e imediata acontecem bastante, nos vários âmbitos, sendo esta a área na qual os Educadores Sociais mais atuam, mas não a que mais premeiam, conforme supracitado.

É possível fazer desde já uma ressalva na relação entre a *ação direta* e a *mediação*. Para muitos Educadores Sociais a *mediação* é uma das suas áreas de intervenção e quando falam nela apontam situações de conflito entre os alunos, ou alunos com professores/assistentes operacionais, ou questões com a família. Também os contactos que estabelecem em que representam as escolas com entidades exteriores são tidos algumas vezes como situações de *mediação*, neste caso sem qualquer conflito.

Para outros Educadores Sociais a *mediação* é uma metodologia de trabalho contida na *ação direta* que exercem quando se deparam com situações de conflito como já anteriormente descrito.

Dada a multiplicidade e pluralidade de funções com que trabalha o Educador Social, este articula áreas de intervenção com metodologias e estratégias de intervenção diversas. Observe-se também que a forma de atuação de cada Educador Social no terreno é diferente, uma vez que cada um deles é uma pessoa diferente, e que apesar de todos serem formados na mesma área, o tipo de formação que têm também é diferente e isso poderá determinar que atuem de modo desigual.

Os entrevistados afirmam que conhecerem nomes muito "pomposos" para as metodologias de intervenção. No entanto, não os enunciam, afirmando que a

intervenção que preconizam deve ser moldada ao público e à situação verificada, rejeitando modelos estanques de intervenção.

Indicam que muitas vezes é necessário «apagar fogos», por isso mesmo muitos deles declaram ser «bombeiros nas escolas». Dizem ainda que é importante estabelecer um método de trabalho, pensar e refletir sobre as situações, mas nem sempre isso é possível. É urgente, muitas vezes, agir no imediato para evitar problemas maiores, revelando também que muitas vezes estes focos os impedem de trabalhar outras questões que pretendiam a nível preventivo, pela falta de tempo. Esta é uma situação cíclica: como não trabalham o sentido preventivo, têm muitas ocorrências, ocorrências essas que depois lhes roubam tempo para a tal intervenção preventiva, e assim sucessivamente.

Nesta linha apresentaremos algumas das respostas dadas pelos Educadores Sociais quando questionados sobre as metodologias e estratégias que utilizam.

Quase todos os entrevistados referem que, como metodologia para conhecerem a realidade, aquilo que se passa com a população-alvo, recorrem às conversas informais, à observação direta nos diferentes contextos em que os alunos se encontram e também à entrevista.

O estar sempre disponível é apontado por alguns técnicos como uma metodologia que permite a intervenção; já outros apontam a disponibilidade como uma estratégia de aproximação à população-alvo, para que esta saiba que o técnico existe e que está ao seu dispor. Também o saber ouvir é apontado com esta dupla vertente: se, por um lado, é uma metodologia para conhecer a realidade do aluno, da família ou de uma situação em particular; por outro lado, é vista como uma estratégia de aproximação à comunidade que permite a criação de uma relação de confiança e proximidade, pois o elemento da população-alvo sabe que o técnico é alguém que o ouve e em quem pode confiar.

A capacidade de saber ouvir foi uma das características apontadas ao Educador Social por quase todos os alunos e os seus encarregados de educação. A afirmação que se sentem úteis e valorizados quando alguém os ouve é um aspeto bastante favorável da intervenção do técnico de acordo com aquilo que foi perspetivado nas entrevistas.

As visitas domiciliárias surgem de igual modo com uma dupla vertente: por um lado, permitem ao Educador Social conhecer a realidade existente no seio familiar do aluno e

por isso alguns Educadores Sociais indicam esta situação como uma metodologia para conhecer a realidade; por outro, alguns Educadores Sociais indicam a visita domiciliária como uma estratégia para aproximação à família, que lhes permite tornar-se um elemento da escola com alguma proximidade da família.

Também é apontado como metodologia de trabalho a utilização da mesma linguagem, as tutorias, as ações de formação e manter uma relação de igualdade, excluindo uma postura de superioridade para com o outro, pois só assim o elemento da população-alvo compreenderá e perceberá que é parte integrante deste processo.

A criação de uma relação empática é apontada pelos técnicos como algo com extrema pertinência, pois a partir daí conseguem desenvolver ligações de confiança, partilha, confidencialidade e estabelecer um compromisso.

Uma das estratégias para criar relação de proximidade entre o técnico e o aluno passa pela apresentação do técnico. Uma Educadora Social afirma que, quando chega de novo a uma escola, tem o cuidado de se dar a conhecer a toda a comunidade educativa, alunos, encarregados de educação, professores, assistentes operacionais e parceiros. Com os alunos está presente nos recreios e vai às salas de aula, falando com eles e dizendo quem é, onde se encontra e aquilo em que pode ajudá-los; aos professores entrega uma pequena folha com aquilo em que pode intervir e em que poderão contar com a sua ajuda; com os assistentes operacionais a fórmula utilizada é falar com eles à medida que os encontra na escola; quanto às entidades parceiras esta apresentação é feita em reuniões de trabalho; por fim, apresenta-se aos encarregados de educação. Estes são mais difíceis de alcançar pelo afastamento do contexto educativo. Se os alunos são sinalizados os pais são chamados com alguma frequência, ou contactados através de visita domiciliária, caso assim não seja é complicado chegar ao contacto com os mesmos.

A articulação com entidades parceiras foi também apontada como uma estratégia. Esta permite ao técnico uma maior proximidade com as famílias, uma vez que algumas das referências vêm do exterior e, deste modo, consegue-se também conhecer melhor as problemáticas já identificadas pelas entidades parceiras; por outro lado, permite aumentar o número de ofertas disponíveis para a comunidade educativa, por exemplo a nível de formação.

Verifica-se, assim, que a capacidade interventiva do Educador Social e a respetiva panóplia de saberes é muita. Carvalho (2004) afirmou que estes conhecimentos se estendem deste a arte, à ciência, passando pela filosofia e terminando na técnica. Fazendo uso de recursos como o teatro, as técnicas de animação e a criação de proximidade, este técnico consegue com o seu saber próprio ir ainda beber do conhecimento de outros técnicos para aumentar a sua linha de intervenção, as suas áreas interventivas, bem como as metodologias e estratégias utilizadas.

Todos estes instrumentos, práticas, técnicas e metodologias revelam a inter e multidisciplinaridade que caracteriza o técnico que, através do seu trabalho, procura conseguir promover a integração do indivíduo e evitar o risco da sua exclusão social. Nisto se afirma a prática profissional do Educador Social conforme afirma Ortega (1999). Também Diaz (2006) enfatiza esta diversidade de saberes e conhecimentos do Educador Social que se configuram na sua práxis no terreno e que a mesma surge tendo em linha de conta que o exercício da sua profissão está intimamente ligado ao lugar onde é exercida.

O papel do Educador Social no contexto das escolas TEIP na perspetiva dos seus principais *stakeholders*.⁴

Chamados a pronunciar-se sobre o papel dos Educadores Sociais nas escolas TEIP, os diretores dos agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas que colaboraram no estudo afirmaram que o referido papel é importante nas escolas, pois os Educadores Sociais trabalham questões delicadas que outros técnicos não conseguem trabalhar. Os referidos diretores afirmam, por isso, que o Educador Social não poderia ser substituído por outro profissional, e, quando questionados se o Educador Social poderá ser um técnico fundamental neste contexto, a resposta é unânime e positiva: "não poderá, é fundamental!!!" (Entrevistado DL - diretor de um agrupamento de escolas TEIP).

Por sua vez, de acordo com os coordenadores deste projeto nas escolas, o Educador Social é "uma peça fundamental" (Entrevistada MM - coordenadora num agrupamento

⁴Entende-se por *Stakeholders*, o conjunto de agentes que direta ou indiretamente condicionam o trabalho do Técnico Superior de Educação Social (gestores escolares, professores, coordenadores, assistentes operacionais, alunos, encarregados de educação, etc.)

de escolas TEIP) para uma boa articulação entre a escola e os alunos, as suas famílias e toda a comunidade; é um pivô; um facilitador da comunicação.

Já a Entrevistada DD (Técnica Superior de Educação Social) afirma que ter um Educador Social na escola é "ouro sobre azul", já que estes técnicos são os "novos agentes da ação educativa", uma vez "que aparecem nas escolas e que vêm dar vida; que nos vêm ajudar a trabalhar em parceria connosco". Ainda a mesma entrevistada acredita que "a parte da Educadora Social não pode ser substituída por outra".

Tal como refere o Entrevistado DE (Diretor de um agrupamento de escolas TEIP): "Este técnico foi treinado para se moldar e adaptar aos diferentes contextos nos quais se encontra". Sobre esta mesma questão a nossa entrevistada DL (Técnica Superior de Educação Social) salienta que o Educador Social "é um técnico com um saber específico que consegue trabalhar em tantas áreas diferentes que uma mão cheia não chega." O facto de envolver o outro e de não ter preconceitos, nem ideias apriorísticas sobre ele permite-lhe conseguir concretizar com sucesso a sua intervenção. Assim, este profissional torna-se imprescindível uma vez que consegue "trazer algum olhar de novo sobre todos os contextos e perspetivá-los de outra forma." (Entrevistada R - Técnica Superior de Educação Social).

Tanto os Diretores como os coordenadores acreditam que o Educador Social tem conseguido fazer a ponte entre as famílias e escola. Quando não é possível trazer os encarregados de educação ao espaço escolar, a escola vai até eles na pessoa do Educador Social, através das visitas domiciliárias. Assim, o resultado do trabalho deste técnico, ao restabelecer as ligações que se perderam entre a escola e as famílias, é fundamental. Observe-se a afirmação do diretor (Entrevistado DM) sobre o trabalho deste profissional: "Trabalha muito a vertente não formal da educação, obviamente, mas que é fundamental prá educação formal poder, poder ter sucesso". Também graças às ações de formação e sensibilização, bem como às dinâmicas utilizadas para a aquisição de competências, o trabalho do Educador Social tem feito diminuir o número de ocorrências de violência entre pares e a indisciplina em sala de aula tendo isto conduzido mais uma vez a um balanço positivo.

Assim, verifica-se que a intervenção do Educador Social permite melhorias nos eixos do TEIP, algumas de forma direta no segundo eixo, trabalhando na prevenção da indisciplina, do abandono e do absentismo e no quarto eixo que procura reestabelecer

as relações de proximidade entre a escola e a família e, ainda, de forma indireta, no primeiro eixo em que o técnico trabalha as competências dos alunos e isto configura-se posteriormente na capacidade de estar em sala de aula e adquirir as aprendizagens. Este investimento do Educador Social para que o aluno valorize a escola, aumentando os seus níveis de sucesso tem conduzido, segundo os testemunhos dos nossos inquiridos, a uma diminuição do absentismo e do abandono escolar. Sob este prisma, exemplificamos o possível impacto da ação do Educador Social com a opinião de um aluno, mas haveria muitos outros exemplos possíveis (Aluno A): "Nunca pensei que ela me desse a volta, porque as outras psicólogas já tinham tentado e não conseguiram". Observe-se que o aluno se refere à Educadora Social como psicóloga e como a única pessoa que conseguiu que mudasse a sua postura relativamente ao que costumava fazer. Neste caso, este aluno faltava às aulas, pensando em desistir da escola e ao ser acompanhado pela técnica voltou a assistir às aulas tendo neste momento decidido aquilo que quer fazer da sua vida.

Neste processo estratégico (recordando aspetos da sua metodologia de ação que já vimos atrás), o Educador Social, lançando mão das mais diversificadas metodologias, estratégias e ferramentas que tem ao seu alcance, trabalha para promover as competências do outro estando focado no *empowerment* do sujeito, ou seja, constrói um projeto de vida com o outro e não para o outro, envolvendo-o sempre em todo o processo, apostando numa relação de confiança e de proximidade com o outro que facilite a intervenção e promova o sucesso da mesma. Esta postura de trabalhar em parceria com a sua população-alvo parece ter resultados muito positivos. Permite ao aluno que construa o seu próprio projeto de vida, de acordo com aquilo que ele mesmo é como pessoa e envolvendo as suas vivências, tendo sempre o auxílio do Educador Social, que o ajuda a delinear estratégias à sua medida, ajudando a criar balizas para que se consiga orientar, traçando metas reais, com objetivos claros e concretos que lhe permitam conseguir alcançar essas mesmas metas pré definidas. Recordamos aqui o exemplo de uma das Educadoras Sociais que acompanhámos ao longo deste estudo, que estabelecia contratos com os alunos com cláusulas pequenas e concretas que iam aumentando à medida que o aluno conseguia concretizar as primeiras alíneas.

O voto de confiança que o Educador Social coloca no indivíduo, permite a proximidade e o estreitamento da relação entre ambos o que se configura numa mais-valia para este,

pois sente-se valorizado e capacitado para alcançar metas e objetivos traçados. O interesse do Técnico Superior de Educação social pelo sujeito e a sua capacidade para olhar sem valores apriorísticos, constituem uma preciosa ferramenta de trabalho. É aqui que o Educador Social se distingue dos outros técnicos, na medida em que rejeita o mero assistencialismo e o "fazer pelo outro", primando pelo envolvimento do sujeito na sua vida, no seu projeto de vida através de uma relação de confiança que estabelece, não descorando, motivando e acreditando no outro. Este técnico não desiste, procurando sempre desbravar terreno a fim de encontrar a melhor solução para o indivíduo, envolvendo-o sempre em todo este processo. Em todas as entrevistas realizadas aos Educadores Sociais foi possível observar a forma com cumprimentam as pessoas nos corredores, conhecendo o nome de todos os funcionários, professores, alunos e encarregados de educação, não se ficando apenas pelo "Bom dia", mas tratando cada um pelo seu respetivo nome. Desde logo nisto se destingem de outros, o que lhes facilita também criar a relação de empatia tão falada por todos, pois a relação de proximidade favorece posteriormente a intervenção que irão concretizar.

As escolas são palcos sociais multiculturais, daí que seja tão importante a polivalência, a multi e interdisciplinaridade do técnico, bem como a sua plasticidade, para que se adapte a todas estas diferenças, sabendo agir da melhor forma para com todos os *stakeholders* com quem intervém.

A escola parece, então, um terreno completo para a práxis da Educação Social, pela especificidade e, ao mesmo tempo, pluralidade de funções do técnico; ou seja, ele assume funções específicas, mas o papel do Educador Social nas escolas TEIP não termina aqui. De facto, ele consegue, ainda, atuar numa panóplia de casos e situações divergentes, complementando e potenciando a ação dos outros agentes educativos.

CONCLUSÃO

Os Técnicos Superiores de Educação Social tendem a trabalhar diariamente em diferentes situações e com diferentes públicos. Isso determina que o Educador Social tenha que ter muita plasticidade para se moldar a toda essa diversidade.

Apesar de, por vezes, trabalhar em gabinete, o Educador Social privilegia o contacto direto com a população, o trabalho no terreno. O Educador Social tem competências que lhe permitem intervir nos dois campos: se, por um lado, pode fazer algum trabalho

de gabinete e administrativo; por outro, o estar no campo permite-lhe conhecer com maior exatidão a realidade, ter uma maior proximidade com a população-alvo e assim obter melhores resultados.

Entre as muitas mais-valias que traz ao contexto educativo, pela sua polivalência e multiplicidade de funções, pelas relações de proximidade e empatia que estabelece, o Educador Social consegue envolver a comunidade como parte integrante deste projeto. Neste processo, o facto de envolver o outro e de não ter preconceitos, nem ideias apriorísticas sobre ele permite-lhe conseguir concretizar com sucesso a sua intervenção. Foi possível ainda observar as diferentes áreas em que se realiza profissionalmente o Educador Social, enquanto técnico, como a *prevenção*, a *mediação*, a *atuação direta* e a *promoção de competências*, bem como fazendo uso e recurso se todos os materiais que tem ao seu alcance, pois, dadas as dificuldades e fragilidades económicas deste contexto, os recursos disponíveis regra geral não são muitos, daí também a importância das parcerias como uma forma de rentabilizar recursos.

Uma rápida caracterização do Educador Social feita por si e pelos outros técnicos com quem trabalha, bem como pela população-alvo vai ao encontro das descritas pelos autores revistos, sendo apontadas características fundamentais para poder trabalhar neste contexto como a empatia, a disponibilidade, a capacidade de saber ouvir, a assertividade e a capacidade de estabelecer ligações de proximidade e confiança com o outro, buscando sempre a exaltação da sua população-alvo.

Em suma, o trabalho do Educador Social no contexto educativo contempla:

- A promoção de competências pessoais do aluno, permitindo-lhe melhorias na sua atitude para consigo.
- A promoção de competências familiares, que lhe permitem uma maior capacidade de estar e comunicar com a família.
- A promoção de competências parentais para que saibam como agir e ajudar os filhos em relação às tarefas escolares, bem como outras questões relacionadas com a educação dos filhos.
- A promoção de competências sociais para com o meio escolar e extraescolar para que o indivíduo saiba estar, agir e integrar-se socialmente.
- A prevenção de comportamentos de risco relacionados com saúde, consumos, etc.

- A mediação de situações de conflito.
- A formação e a sensibilização.
- A atuação direta quando as anteriores não conseguiram acontecer e a necessidade de intervir é eminente.

Entenda-se então que a práxis da Educação Social tem uma abrangência não apenas ao nível educacional, mas também a par com esta ao nível social, permitindo a participação e inclusão do indivíduo no meio social que o rodeia (escolar ou não), indo ainda ao encontro das famílias, contemplando assim um trabalho muito além daquilo que poderia ser espectável, na medida em que este se molda, conseguindo tocar em diferentes áreas de intervenção e fazendo a articulação e o entrosamento entre os indivíduos, a instituição escolar e a comunidade envolvente.

Perante tudo o que foi apresentado, parece então possível afirmar e reafirmar com toda a convicção que a escola é sem qualquer sombra de dúvida um local para o exercício da Educação Social.

Com a particularidade de ser escola TEIP todas estas questões estão mais visíveis, sendo mais acutilantes e a necessitar de uma intervenção com maior urgência, o que enfoca a maior importância de termos um Educador Social a trabalhar neste contexto particular. Este artigo, pela sua natureza exploratória, deixa inúmeras pistas em aberto cujo aprofundamento pretendemos continuar em estudos posteriores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Azevedo, S. (2011). *Técnicos Superiores de Educação Social: Necessidades e pertinência de um estatuto profissional*. Porto: Fronteira do Caos Editores.
- Baptista, I. (2001). *Espaço(s) de Identidade Profissional*. Porto: Universidade Portucalense.
- Baptista, I. (2001). Educação Social: um espaço profissional com valor e com sentido In *Espaços de Construção de Identidade Profissional*. Porto. Universidade Portucalense.
- Barbieri, h. (2003). Os TEIP, o Projecto Educativo e a Emergência de Perfis de Território. *Educação Sociedade & Culturas*, 20, 43-75.
- Branks, S. & Nohr, K. (coord.). (2008). *Ética Prática para as Profissões do Trabalho Social*. Porto: Porto Editora.

- Canário, R. (2006). A educação e o movimento popular do 25 de Abril. *Trabalho e Educação*, 15 (2), 15-30.
- Canário, R. (2004). *Territórios Educativos de Intervenção Prioritárias: uma análise crítica*. Perspectiva: Florianópolis, 22 (1), 47-78.
- Canário, R. & Alves, N. & Rolo, C. (2000). Territórios Educativos de Intervenção Prioritária: Entre a "igualdade de oportunidades" e a "luta contra à exclusão social", in *Territórios Educativos de Intervenção Prioritária: construção ecológica da acção educativa*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 31-38.
- Canário, Rui (2000) "Territórios Educativos de Intervenção Prioritária: a escola face à exclusão social", *Revista Educação*, vol. IX, (1), 125-134.
- Canário, R. (2000). *Educação de Adultos: um campo e uma problemática*. Lisboa: Educa.
- Costa, A. (1998). *Exclusões Sociais*. Lisboa: Gradiva Editora.
- Diaz, A. (2006). Uma Aproximação à Pedagogia. *Educação Social*, 7, 91-104.
- DGIDC (2010). *Relatório de Execução Global dos Projectos da 1.ª Fase do Programa TEIP2*. Lisboa: Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular.
- DGIDC (2011). *Relatório de Execução Global dos Projectos da 1.ª Fase do Programa TEIP2*. Lisboa: Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular.
- Eduardo, A. (2014). Delinquência infanto-juvenil em Angola. Os desafios da reinserção social, 4º Congresso de Educação Social na Escola Superior de Educação de Santarém.
- Ghiglione, R. & Matalon, B. (1993) *O inquirido: Teoria e Prática*. Oeiras: Celta Editores.
- Gohn, M. (2005). *Educação não-formal e cultura*. São Paulo: Cortez.
- Gohn, M. (2006). Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas; *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, v. 14, n. 50.
- Lopes, J. (org.). (2012). *Escolas singulares: Estudos Comparativos*. Porto: Edições Afrontamento.
- Melo, B. & Vieira, M. (2012). Os Territórios Educativos de Intervenção Prioritária. Seminário na Escola Superior de Educação de Santarém.
- Pinto, L. (2005). Sobre a Educação não formal, in *Cadernos d'Inducar*.
- Pires, E. & Fernandes, A. & Formosinho, J. (1991). *A construção social da educação escolar*. Rio Tinto. Edições ASA.
- Ortega, J. (1999). *Educación Social Especializada*. Barcelona: Ariel.

Quivy, R. & Campenhoudt, L. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Edições Gradiva.

Romans, M. & Petrus, A. & Trilla, J. (2003). *Profissão: Educador Social*. Porto Alegre. Artmed.

Teixeira, A. (2012). *Projetos TEIP e novos perfis profissionais nas escolas: Agentes de desenvolvimento local? Uma análise da relação escola-comunidade no âmbito do programa TEIP2*. VII Congresso Português de Sociologia. Porto: Universidade do Porto.

Teixeira, A. & Ferreira, I. (2010). Territórios Educativos de Intervenção Prioritária: breve balanço e novas questões. *Revista do Departamento de Sociologia de FLUP*, vol. XX, 331-350.

Timóteo, I. (2013). A Evolução da Educação Social: Perspetivas e Desafios Contemporâneos. *Praxis Educare*. Revista da Associação dos Técnicos Superiores de Educação Social. Guimarães. 1.

Legislação

Lei n.º 46/86. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 237, de 14 de Outubro de 1986.